



PROCESSO Nº : 372137/2018 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO : REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA
UNIDADE : SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO
RESPONSÁVEIS : LUIZ ANTÔNIO VITÓRIO SOARES – EX-SECRETÁRIO ESTADUAL
DE SAÚDE
KELLY FERNANDA GONÇALVES - PREGOEIRA
RELATOR : CONSELHEIRO INTERINO ISAÍAS LOPES DA CUNHA

PARECER-VISTA Nº 982/2019

REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA. SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 63/2018. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. CERTIDÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA COM OBJETO SEMELHANTE AO LICITADO. PERIGO NA DEMORA E PROBABILIDADE DO DIREITO PRESENTES. PARECER MINISTERIAL PELA HOMOLOGAÇÃO PARCIAL DOS TERMOS DA DECISÃO SINGULAR Nº 002/MM/2019, COM A SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 063/2018. RETIFICAÇÃO DO PARECER MINISTERIAL Nº 48/2019.

1. RELATÓRIO

1. Na sessão ordinária do Tribunal Pleno do dia 28 de fevereiro deste ano, obtive vista dos autos para análise suplementar do processo.

2. Tratam os autos de **Representação de Natureza Externa**¹, com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, apresentada pela empresa **Neomed Atendimento Hospitalar EIRELI ME**, em face da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso, sustentando que fora inabilitada indevidamente nos autos de pregão eletrônico n. 63/2018, sob a justificativa de que o atestado de capacidade técnica apresentado era de objeto semelhante com o licitado e não de objeto igual ao licitado, recusando-o sob a justificativa genérica de incompatibilidade.

1 Documento Externo – Documento Digital nº 259139/2018.



3. Em análise preliminar, a Secretaria de Controle Externo de Métodos e Desenvolvimento do Controle Externo concluiu pela existência da probabilidade do direito e de perigo de dano, sugerindo a suspensão imediata do Pregão Eletrônico nº 063/2018².
4. Por meio da **Decisão nº 002/MM/2019**³, o Conselheiro Interino Moisés Maciel (Plantonista) **concedeu a medida cautelar requerida**, publicada no dia 08/01/2019, determinando a suspensão da decisão que inabilitou a Representante e a reabertura do certame a partir da fase de habilitação da empresa vencedora, com a consequente contratação definitiva da empresa vencedora.
5. Ato contínuo, a Representante apresentou embargos de declaração em conjunto com manifestação acerca do descumprimento da medida cautelar⁴.
6. Em nova decisão o Conselheiro não conheceu dos embargos declaratórios e reiterou a determinação para cumprimento da Decisão cautelar nº 002/MM/2019⁵.
7. No Parecer nº 48/2019 o Ministério Público de Contas opinou pela homologação da decisão singular deferida pelo Conselheiro Interino Plantonista⁶.
8. Na sequência aportaram aos autos questionamentos da Pregoeira Kelly Fernanda Gonçalves acerca da contradição entre a decisão do Mandado de Segurança impetrado pela empresa Neomed Atendimento Hospitalar EIRELI ME, indeferido em primeira e segunda instância e a decisão cautelar dessa Corte de Contas⁷.
9. Por fim, em mais duas ocasiões o Secretário de Estado de Saúde apresentou manifestação informando o cumprimento da decisão judicial proferida

2 Relatório Técnico – Documento Digital nº 263484/2018.

3 **Decisão** - Documento Digital nº 76/2019.

4 Documento Externo – Documento Digital nº 184/2019.

5 Decisão – Documento Digital nº 230/2019.

6 Parecer nº 48/2019 – Documento Digital nº 3266/2019.

7 Documento Externo – Documento Digital nº 141/2019.



na Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada nº 1001474-19.2019.8.11.0001, a qual determinou a convocação e consequente assinatura do contrato em favor da empresa Pró Ativo Gestão da Saúde e Clínica Médica Ltda, segunda colocada no certame em discussão⁸.

10. Vieram os autos para manifestação do Ministério Público de Contas.

11. É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Admissibilidade

12. Inicialmente, com relação aos requisitos de admissibilidade da Representação Externa, destaca-se que estes estão presentes, tendo sido formalizada em **linguagem clara e compreensível**, sobre **matéria** de competência desta Corte de Contas (licitação), apontando-se **fatos** tidos como irregulares (ausência de justificativa técnica detalhada para a inabilitação de licitante) e suas **evidências** (inabilitação da licitante vencedora), **responsáveis** (Pregoeiro e Secretário de Estado de Saúde) e **período** (exercício 2018) em que teria ocorrido (art. 219 c/c o art. 225 do RITCE/MT), tendo sido **proposta por parte legítima** (licitante contra irregularidades na aplicação da Lei 8.666/1993), nos termos do art. 224, I, “c” e seguintes do RI do TCE/MT.

13. Ademais, o Tribunal de Contas dispõe de meios eficazes para fiscalizar irregularidades/ilegalidades que ocorram no âmbito da Administração Pública, tanto com informações prestadas pelos órgãos oficiais de imprensa, pelos sistemas informatizados do Tribunal, quanto pelas auditorias e inspeções, efetuando, dessarte, o controle de atos viciados e obstando futuros e maiores danos ao erário.

14. Diante disso, o **Ministério Público de Contas** corrobora com o **conhecimento** da presente representação.

⁸ Documentos Externos – Doc. Digitais nº 9578/2019 e nº 27755/2019.



2.2. Mérito

15. Primeiro, é oportuno fazer uma contextualização deste processo com as medidas judiciais proferidas acerca do pregão eletrônico n. 63/2018, objeto de análise nestes autos.

16. A empresa **Neomed Atendimento Hospitalar EIRELI ME**, propôs a presente **Representação de Natureza Externa**, com pedido de natureza cautelar, em face de suposta irregularidade cometida pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso no Pregão Eletrônico n. 63/2018, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos para atendimento pré-hospitalar de Urgência e Emergência, para atender a demanda do SAMU 192 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, em regime de plantão sucessivos de 12 horas, no período diurno e noturno.

17. Por meio da **Decisão nº 002/MM/2019⁹**, o Conselheiro Interino Moisés Maciel (Plantonista) **concedeu a medida cautelar requerida**, publicada no dia 08/01/2019, determinando: **a)** suspensão imediata dos efeitos da decisão da Pregoeira Oficial, que inabilitou a empresa Neomed Atendimento Hospitalar EIRELI ME do certame; **b)** à Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso-SES/MT a reabertura do certame a partir da fase de habilitação da empresa Neomed Atendimento Hospitalar EIRELI ME, promovendo o encerramento do procedimento licitatório, pregão eletrônico n. 063/2018, com a consequente contratação definitiva da licitante vencedora, respeitando os ditames legais da Lei Geral de Licitações (Lei nº8.666/93), bem como as exigências editalícias.

18. Anteriormente à propositura da presente Representação, a empresa Neomed Atendimento Hospitalar Eirelli - ME impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar (Processo nº 1038175-13.2018.8.11.0041), tendo a liminar sido indeferida pelo juízo de primeiro grau. Em sede de Recurso de Agravo de Instrumento (Processo nº 1013977-35.2018.8.11.000) a empresa também não

9 **Decisão** - Documento Digital nº 76/2019.



obteve êxito, sendo ratificado o indeferimento da tutela pleiteada em 07.12.2018.

19. Por sua vez, diante da decisão cautelar proferida por esse Tribunal, a empresa Pró-Ativo Gestão da Saúde e Clínica Médica Ltda interpôs Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada nº 1001474-19.2019.8.11.0041, a qual foi deferida em 22/01/2019, determinando ao Estado de Mato Grosso que promovesse a convocação e consequente assinatura do contrato em seu favor:

Por todo o exposto, e nos termos da fundamentação supra, DEFIRO a tutela antecipada formulada para determinar a ao ESTADO DE MATO GROSSO, que promova a convocação, e consequente assinatura do contrato em favor da empresa PRÓ-ATIVO GESTÃO DA SAÚDE E CLÍNICA MÉDICA LTDA, desde que cumpridas as demais exigências do certame, até ulterior decisão.

20. Ocorre que, em 11/02/2019 a supracitada decisão da Ação Ordinária foi suspensa liminarmente pelo Desembargador Luis Carlos da Costa nos autos do Agravo de Instrumento nº 100597-08.2019.8.11.0000, que em suma, reconheceu a competência desta Corte de Contas para proferir medidas cautelares acerca das irregularidades encontradas nos processos de licitação:

(..) Ademais, não se mostra admissível a interpretação dada pelo Juízo da Primeira Instância ao Regimento Interno do TCE/MT, no sentido de que, “*no que se refere a edital de licitação ou processo seletivo, a incidência da medida cautelar é exclusiva para sustação do ato (298, III)*” (Id. 5705467, fls. 5), **porquanto, a hipótese de cabimento de medida cautelar no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso não está limitada na suspensão de ato praticado em processo licitatório.**

No mais, repiso que a medida cautelar deferida, *ad referendum*, está sujeita à apreciação do Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Essas, as razões por que suspendo a eficácia da decisão até o julgamento definitivo da Câmara (Código de Processo Civil, artigo 1.019, I, primeira parte). (destacamos)

21. Examinando o caso dos autos, o **Ministério Público de Contas** entende dispensável a discussão, ventilada no Tribunal Pleno, acerca do conflito entre a medida cautelar proferida por este Tribunal e as decisões judiciais mencionadas. Isso porque o suposto conflito não permanece, considerando que a tutela antecipada deferida na Ação Cautelar em favor da empresa Pró-Ativo Gestão



de Saúde e Clínica Médica Ltda foi suspensa liminarmente em recurso de Agravo de Instrumento. Além disso, em razão do princípio da independência de instâncias, a decisão cautelar proferida por este Tribunal prevalece até que a mesma seja aqui reformada ou seja objeto de suspensão/anulação pelo Poder Judiciário. Fatos estes que não persistem no caso em apreço.

22. Desse modo, na presente data, permanece vigente somente a **Decisão nº 002/MM/2019¹⁰** proferida nesta Representação.

23. Ultrapassada a necessária contextualização, antecipo que o Ministério Público de Contas aquiesce parcialmente com a medida cautelar ora em análise. O MPC concorda com a necessidade de suspensão do certame e de eventual contrato decorrente do pregão eletrônico n. 063/2018. Porém, discorda de parte da conclusão da cautelar que determinou “a reabertura do certame a partir da fase de habilitação da empresa NEOMED ATENDIMENTO HOSPITALAR EIRELI, promovendo o encerramento do procedimento licitatório, pregão eletrônico n. 063/2018, com a consequente contratação definitiva da licitante vencedora.”

24. Estamos seguros de que este momento processual de cognição preliminar, com a análise de tutela provisória de natureza cautelar, não é capaz de revelar indícios suficientes que atestem a necessidade de prosseguimento do certame, com a contratação definitiva da licitante vencedora.

25. De forma diversa da medida cautelar, os autos atestam somente a necessidade de suspensão do certame e paralisação dos efeitos de qualquer contratação decorrente do mesmo, conforme será esclarecido adiante.

26. Além disso, o cumprimento do item 2 do dispositivo poderia configurar um julgamento antecipado de mérito da presente Representação. O encerramento do procedimento licitatório, com a consequente contratação definitiva da licitante vencedora já resolveria em definitivo o mérito da Representação, não havendo mais irregularidade a ser apurada nos autos.

¹⁰ **Decisão** - Documento Digital nº 76/2019.



27. Veja-se que a discussão gira em torno da possibilidade do atestado de capacidade técnica apresentado pela Representante atender ao objeto do Pregão, sendo que eventual contratação definitiva da empresa já presume a aceitação do atestado, ultrapassando a natureza do provimento cautelar.

28. Além disso, numa interpretação literal do item 2 do dispositivo da medida cautelar, a reabertura do certame a partir da fase de habilitação da vencedora não culminaria automaticamente no encerramento do certame e consequente contratação da vencedora, como levou a crer a decisão, posto que a vencedora fora habilitada provisoriamente e, ainda caberia a fase recursal e decisão de confirmação habilitação/inabilitação definitiva.

29. O Edital de Pregão Eletrônico nº 063/2018 da Secretaria de Estado de Saúde dispõe que, após o envio dos documentos de habilitação do licitante vencedor no e-mail contante no Edital, o (a) Pregoeiro (a) disponibilizará a documentação no Sistema de Informações para Aquisições - SIAG para todos os licitantes (item 8.3), sendo habilitado provisoriamente aquele que cumprir as exigências do edital, condicionada a habilitação definitiva ao envio dos documentos em meio físico (item 8.6.2).

30. Assim, após a análise dos documentos do meio físico, será confirmado a habilitação ou inabilitação, caso constatado o cumprimento ou descumprimento dos requisitos (item 9.6), e o item o item 13.1 dispõe que o prazo do recurso será aberto após a habilitação provisória:

13.DOS RECURSOS

13.1 Declarado o licitante habilitado provisoriamente, ou inabilitados todos os participantes do certame, o(a) Pregoeiro(a) passará à fase de RECURSO, quando abrirá a possibilidade de qualquer licitante manifestar imediata, objetiva e motivadamente a intenção de recorrer, no prazo de 15 (quinze) minutos e em campo próprio do Sistema Eletrônico.

13.2 Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.



31. Verifica-se que, após a decisão cautelar, a Representante manifestou-se nos autos informando o descumprimento da decisão c/c interposição de embargos declaratórios, com o objetivo de esclarecer o momento correto da reabertura do certame¹¹.

32. Ato contínuo, na decisão de ratificação da cautelar, proferida em 14.01.2019¹², o e. Conselheiro Interino, mesmo não conhecendo dos embargos, esclareceu o momento em que deveria se dar a reabertura do certame, em consonância com a argumentação da Representante:

(...) 22. O que exprime a ordem de, consequentemente, **retroagir ao ato que a inabilitou, que foi realizado após a análise dos recursos**, para que daí seja realizada a habilitação da empresa **NEOMED ATENDIMENTO HOSPITALAR EIRELI**, em decorrência da decisão proferida pela Pregoeira, consubstanciada no parecer emitido pela equipe técnica do SAMU, por meio do qual manifestou que o Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa Neomed é incompatível com o objeto licitatório.

(...)

25. Sendo assim, o termo "fase de habilitação" que está estabelecido na decisão, refere-se à fase de habilitação definitiva, que é aquela onde a Pregoeira, após a entrega dos documentos fisicamente e a análise dos recursos, declara a habilitação das empresas licitantes, e não, como foi feito pela Pregoeira, na habilitação provisória, abrindo prazo recursal novamente. (...) (destacamos)

33. Ocorre que, mesmo que tenha mantida integralmente os termos da decisão cautelar, nessa explanação, o e. Conselheiro Interino deu interpretação de que **se deve retroagir ao ato que inabilitou a Representante, para que a partir daí a mesma seja habilitada, com o consequente encerramento do certame e contratação definitivamente**.

34. Nesse caso, suspender-se-ia o curso natural do certame (item 1 do dispositivo) para então determinar outra solução a ser seguida pelo Gestor (item 2 do dispositivo).

35. Todavia, a homologação integral da decisão cautelar tem por risco

¹¹ Documento Externo nº 184/2019.

¹² Decisão – Documento Digital nº 230/2019.



inviabilizar o retorno ao *status quo ante*, na eventualidade de decisão de mérito diversa, uma vez que já encerra o procedimento licitatório com a consequente contratação definitiva.

36. O art. 300, § 3º do Novo Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao Tribunal de Contas por força do art. 144 do RITCE/MT, dispõe que a tutela de natureza antecipada não será concedida em caso de risco da irreversibilidade dos seus efeitos:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 3º-A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

37. Por esses motivos, esse *Parquet* de Contas entende prudente a homologação parcial da cautelar, isto é, mantendo o item 1 do dispositivo, que determinou a suspensão imediata dos efeitos da decisão da Pregoeira Oficial, que inabilitou a empresa NEOMED ATENDIMENTO HOSPITALAR EIRELI do certame (item 1). Quanto ao item 2 do dispositivo, que seja determinado apenas a suspensão do Pregão Eletrônico nº 063/2018, com a suspensão de qualquer contrato, empenho, liquidação ou pagamento dele decorrente, até o deslinde do mérito desta Representação, sendo a suspensão imediata uma **medida suficiente para garantir o resultado útil do processo.**

38. Conforme já analisado anteriormente, encontram-se preenchidos os requisitos autorizadores de provimentos cautelares, previstos no ordenamento jurídico nacional¹³, quais sejam: a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano ou resultado útil ao processo.**

39. Com relação à **probabilidade do direito**, constatou-se que a justificativa da Secretaria de Estado de Saúde de que os serviços não podem ser

13 - Segundo o Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), cuja aplicação é subsidiária nesta Corte de Contas por força do art. 144 do RI do TCE/MT, as tutelas de urgência serão concedidas observados os seguintes requisitos: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.** grifou-se



considerados similares não foi devidamente motivada, além do fato do edital não apresentado taxativamente a necessidade de o atestado de capacidade técnica ser restrito a serviços prestados em atendimento pré-hospitalar.

40. Ademais, o objeto do contrato é a prestação de serviços médicos, para atender a demanda do SAMU, em regime de plantão sucessivos de 12 horas, no total de 4.836 plantões para o período de um ano, ou seja, trata-se exclusivamente da contratação de profissionais médicos. O contrato não exige investimento, compra ou equipamento, daí não ser razoável considerar que o profissional médico que presta serviços dentro de uma unidade hospitalar (UTI) não possa prestar serviços de atendimento pré-hospitalar de atendimento de urgência e emergência.

41. É certo que a administração pública tem o dever de licitar para aquisição de bens e serviços, no intuito de contratar a proposta mais vantajosa, sendo esta entendida como aquela que atende ao mesmo tempo padrões de qualidade e preço e não necessariamente apenas um destes dois quesitos (artigo 37, XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 e artigo 3º, da Lei Federal n. 8.666/93).

42. Ainda de acordo com o dispositivo constitucional supracitado, nas licitações “somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”, ou seja, qualquer limitação à participação no certame deverá ser motivada no sentido de ser necessário à boa execução do bem ou serviço contratado, sob pena de ofensa aos princípios que norteiam o processo licitatório, notadamente a isonomia, igualdade e impessoalidade.

43. Com relação ao **perigo de dano** ou resultado útil ao processo **(tempestividade do provimento jurisdicional)**, verifica-se o eventual prejuízo de se contratar a segunda colocada, cuja proposta final é superior em R\$ 455.010,52 (R\$ 5.600.000,00 proposta final da Neomed e R\$ 6.055.010,52 proposta final da Pró-Ativo).



44. Contudo, conforme afirmado anteriormente, o Ministério Público de Contas considera que a aparência de direito e o perigo do dano não estão aptos a sustentar a finalização do certame, **mas somente sua suspensão**. Isso porque, a Secretaria de Estado de Saúde deve apresentar nos autos justificativa técnica motivada acerca do atestado de capacidade técnica da licitante, que demonstre, por exemplo: **i)** legislação/normativa utilizada pela SES para atendimento do SAMU, **ii)** Portaria do Ministério da Saúde sobre atendimento de urgência e emergência; **iii)** especialidade médica exigida para atuação de profissional médico no SAMU; além de informar se efetua diligências para verificar a veracidade dos atestados de capacidade técnica das licitantes habilitadas, considerando que os colacionados nos autos se apresentam demasiadamente genéricos.

45. Ademais, o provimento cautelar de suspensão do Pregão Eletrônico nº 063/2018 não terá o condão de trazer prejuízos irreversíveis às partes envolvidas, antes acautelará o interesse público, podendo ser revista a qualquer tempo.

46. Registra-se para tanto, precedente dessa Corte de Contas nos autos da Representação Interna nº 328103/2018 que modificou parcialmente os termos da cautelar: na ocasião da homologação de Medida Cautelar adotada pelo Julgamento Singular nº 1364/MM/2018, por meio do Acórdão nº 28/2019, o plenário homologou parcialmente a cautelar, a fim de determinar “a suspensão da Concorrência Pública nº 01/2018, até que seja republicado novo edital (...)”, alterando a decisão monocrática que havia determinado “a suspensão da Concorrência Pública 01/2018, até o deslinde do mérito do presente feito (..)”.

47. Tal prerrogativa é conferida ao Tribunal Pleno com fundamento no art. 297 do Regimento Interno do TCE/MT:

Art. 297. No curso de qualquer apuração, o Tribunal Pleno ou o julgador singular poderá determinar medidas cautelares de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público de Contas ou de unidade técnica do Tribunal.



48. Diante do exposto e com fundamento art. 297 e c/c 302, ambos do Regimento Interno dessa Corte de Contas, o **Ministério Público de Contas** manifesta-se pela **homologação parcial** da decisão cautelar nº 002/MM/2019, a fim de manter o item 1 do dispositivo, que determinou a suspensão imediata dos efeitos da decisão da Pregoeira Oficial que inabilitou a empresa NEOMED ATENDIMENTO HOSPITALAR EIRELI do certame; e, em relação ao item 2, a modificação do **provimento cautelar** para determinar apenas a **SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 063/2018**, com a consequente suspensão de qualquer contrato, empenho, liquidação ou pagamento dele decorrente, até a decisão de mérito desta Representação, nos termos do art. 300 do RITCE/MT.

2.2. Da Necessidade de Tramitação Preferencial

49. O objeto do certame em discussão trata-se de serviço de saúde essencial, de atendimento de urgência e emergência (SAMU), que não pode sofrer interrupções a todo momento por decisões judiciais e administrativas conflitantes, de modo que a presente Representação necessita de tramitação preferencial.

50. Veja-se que o serviço de saúde do Estado de Mato Grosso padece com a não realização de certames em tempo hábil ocasionando sucessivos contratos emergenciais e precários, especialmente na contratação de serviços médicos do SAMU.

51. Em outras ocasiões nos autos a Secretaria de Estado de Saúde informou acerca da realização de contrato emergencial diretamente com os médicos do SAMU, bem como da contratação por dispensa de licitação¹⁴, visando dar a continuidade ao mesmo serviço, sendo novamente uma solução excepcional até o deslinde de mérito da presente Representação Externa.

52. Nesse contexto, se justifica a urgência e a necessidade de tramitação preferencial dos autos, sob pena de causar grave prejuízo ao

¹⁴ Documento Externo nº 27755/2019.



atendimento de urgência e emergência da Secretaria de Estado de Saúde, com fundamento no artigo do 138, inciso VII, do Regimento Interno do TCE/MT:

Art. 138. Consideram-se urgentes, e nessa qualidade terão tramitação preferencial, os documentos e processos referentes a:

VII. Processos em que a demora na apreciação possa causar grave prejuízo ao erário;

§ 2º. Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

53. Ante o exposto, o **Ministério Público de Contas**, requer também seja deferida a tramitação prioritária da presente Representação de Natureza Externa, tendo em vista o risco na demora, nos termos do art. 138, VII, e § 2º do Regimento Interno dessa Corte de Contas.

3. CONCLUSÃO

54. Por todo o exposto, o **Ministério Público de Contas**, no uso de suas atribuições institucionais, corrobora com o **conhecimento** da Representação de Natureza Externa, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 219 c/c o art. 225 e art. 224, I, “c”, do RITCE/MT, **retifica** o Parecer Ministerial nº 48/2019, e **manifesta-se**:

a) pela **homologação parcial da decisão cautelar nº 002/MM/2019**, a fim de: **a1)** em relação ao item 1 do dispositivo, manter a determinação de suspensão imediata dos efeitos da decisão da Pregoeira Oficial que inabilitou a empresa NEOMED ATENDIMENTO HOSPITALAR EIRELI do certame; a2) em relação ao item 2, modificar o **provimento cautelar** para determinar apenas a **SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 063/2018**, com a consequente suspensão de qualquer contrato, empenho liquidação ou pagamento dele decorrente, até a decisão de mérito desta Representação, nos termos do art. 297 c/c art. 300 do RITCE/MT;

b) pelo deferimento do pedido de tramitação prioritária da presente Representação de Natureza Externa, tendo em vista o risco na demora, nos termos do art. 138, VII, e § 2º do Regimento Interno dessa Corte de Contas;



c) pelo encaminhamento de cópia deste Parecer Ministerial e da decisão a ser proferida pelo Tribunal Pleno ao Poder Judiciário para juntada nos autos da Ação Ordinária nº 1001474-19.2019.8.11.0041;

d) apresentadas as manifestações, pelo **envio** dos autos à Secretaria de Controle Externo para análise e manifestação conclusiva (art. 227, §2º, RI TCE/MT);

e) após, pelo retorno dos autos ao **Ministério Público de Contas**, no prazo regimental, para emissão de parecer conclusivo, conforme estabelecido no art. 99, III, do RITCE/MT.

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 15 de março de 2019.

(assinatura digital¹⁵)
ALISSON CARVALHO DE ALENCAR
Procurador-geral de Contas

15 - Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e da Resolução Normativa TCE/MT nº 09/2012.